

ANNA PAULSEN
Advogada

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO SETOR DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE ITARANA/ES**

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9009/2024

44.934.190 ANNA PAULSEN, empresa de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 44.934.190/0001-90, com sede à Rua Elzira Vivacqua, 421, Jardim Camburi, Vitória/ES, vêm, respeitosamente, com fundamento no Artigo 165 da Lei 14.133/2021 na forma do item 11.1 do edital, apresentar tempestivamente seu **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão de que classificou a empresa no S&S Locações, Produções e Eventos Ltda. como vencedora no certame licitatório Pregão Eletrônico nº 9009/2024.

(I) Dos Fatos

A empresa ora recorrente participou do procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº 9009/2024 classificando-se em terceiro lugar.

A empresa S&S Locações, Produções e Eventos Ltda, classificada em primeiro lugar, fora convocada para envio da proposta atualizada e documentos de

ANNA PAULSEN
Advogada

habilitação e qualificação técnica até 16 horas do dia 03.10.2024, encerrando-se o referido prazo no sistema sem o envio de qualquer documento.

Na data do dia 04.10, na retomada do certame, fora informado que a empresa havia enviado, dentro do prazo, os documentos solicitados via e-mail, conforme permitido na cláusula 8.1.1 do Edital, vejamos:

Mensagem do Pregoeiro

Os arquivos estão disponíveis para consulta de todos, através do Link:
<https://drive.google.com/drive/folders/1vOTzRwjy4ETkyEBRC78dSaKNOhvhykQX?usp=sharing>

Enviada em 04/10/2024 às 08:07:27h

Mensagem do Pregoeiro

Informamos que devido ao tamanho dos arquivos da empresa, a mesma solicitou por e-mail o envio dos seus arquivos, conforme a prerrogativa posta no item 8.1.1 do edital.

Enviada em 04/10/2024 às 08:06:17h

A declaração de vencedora da empresa S&S Locações, Produções e Eventos Ltda., entretanto, ainda padece de dúvidas, conforme será demonstrado adiante.

(II) Do Mérito do Recurso

(II.1) Da Necessidade de Esclarecimentos e envio de documentos comprobatórios

Analisando-se o link informado pela pregoeira, é possível verificar que a mesma anexou o suposto e-mail enviado pela empresa S&S Locações, Produções e Eventos Ltda., dentro do lapso temporal determinado conforme Edital:

ANNA PAULSEN
Advogada

































É preciso observar, todavia, que permanecem dúvidas acerca do real envio dos documentos neste print de e-mail, na medida em que **consta em anexo APENAS UM PDF invés de um arquivo rar que justificaria o envio dos arquivos via e-mail face o seu “tamanho”!!**

Destaca-se que o link no qual consta a documentação da empresa, foram anexados inúmeros arquivos de pdf **QUE NÃO CONSTAM COMO ANEXOS NO PRINT DE E-MAIL ACIMA.**

ANNA PAULSEN
Advogada

PRODUÇÃO DE EVENT... ▾

X 1 selected 📎 ⬇️ 📁 🗑️ 🔗 ⋮			
Name ↑	Owner	Last modified ▾	File size
 001 - contrato social.pdf 🔒	 cplitarana	7:04 AM cplitarana	707 KB
 001 - documentos pessoais.pdf 🔒	 cplitarana	7:03 AM cplitarana	599 KB
 001 - Procuração.pdf 🔒	 cplitarana	7:02 AM cplitarana	1.2 MB
 002 - Cartão de Cnpj.pdf 🔒	 cplitarana	7:06 AM cplitarana	3 MB
 002 - Incrição estadual.pdf 🔒	 cplitarana	7:05 AM cplitarana	802 KB 📎
 003 - Alvara municipal.pdf 🔒	 cplitarana	7:03 AM cplitarana	431 KB
 004 - FGTS.pdf 🔒	 cplitarana	7:07 AM cplitarana	445 KB
 005 - FEDERAL ESTADUAL MUNICIPAL TRABALHISTA FALENCIA.pdf 🔒	 cplitarana	7:08 AM cplitarana	1 MB
 006- CONTRATO CREA ANTONIO CESAR e JARDEL LENO.pdf 🔒	 cplitarana	7:41 AM cplitarana	2 MB
 006- CONTRATO CREA E OUTROS DOCS PATRICK ARAUJO.pdf 🔒	 cplitarana	7:38 AM cplitarana	10.2 MB
 007 - ATESTADO CAPACIDADE TECNICA S e S.pdf 🔒	 cplitarana	7:23 AM cplitarana	2.8 MB
 007 - B - ATESTADO CAPACIDADE TECNICA S e S.pdf 🔒	 cplitarana	7:26 AM cplitarana	17.7 MB
 007 - C - ATESTADO CAPACIDADE TECNICA S e S.pdf 🔒	 cplitarana	7:28 AM cplitarana	2.7 MB
 007 - D - ATESTADO CAPACIDADE TECNICA S e S.pdf 🔒	 cplitarana	7:30 AM cplitarana	12.1 MB
 007 - E - ATESTADO CAPACIDADE TECNICA S e S.pdf 🔒	 cplitarana	7:31 AM cplitarana	4.9 MB

Um papel impresso pode ser válido como documento apenas após uma perícia, a validação de um e-mail como prova não pode ser feita pela análise de um papel com a mensagem impressa. **Uma mensagem de e-mail não serve como prova válida antes de que sejam apresentadas provas mínimas de sua validade.**

No caso em apreço é impossível verificar, a partir do *print* juntado pela pregoeira, de que o prazo do edital fora, tempestivamente, cumprido pela licitante vencedora.

Ora, onde estaria a prova de envio dos 27 documentos que constam no link? Pois no *print* só existe um anexo. E nem se diga que toda essa documentação constava nesse único pdf, a uma porque seria impossível enviar o e-mail face o tamanho, a duas porque no link não consta um único documento pdf, mas 27 documentos pdf!!

Importante observar que além do *print* do e-mail não demonstrar o

ANNA PAULSEN
Advogada

envio de TODA a documentação pela licitante vencedora é ainda impossível verificar os destinatários do mesmo!!

Assim sendo, necessário que seja demonstrado por essa ilustre comissão de licitação o envio do e-mail pela licitante vencedora, dentro do prazo indicado, com prova dos destinatários do e-mail e dos arquivos que constam em anexo e se de fato se tratam de TODOS os documentos constantes no link mencionado pela pregoeira, para fins de verificação do cumprimento das regras editalícias.

(II.2) Violação ao Princípio da Violação ao Edital

Dispõe o art. 5º e parágrafo único do Decreto Federa nº. 5.450/05 que:

Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro (*In Direito Administrativo. 26ª ed. P. 383*) salienta que *“Princípio da vinculação ao instrumento convocatório é essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento”*. Referido princípio, além de mencionado no art. 3º da Lei Federal nº. 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado no art. 41, segundo o qual *“a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”*. Na mesma linha, o art. 43, inciso V da Lei de Licitações e Contratos Administrativos exige o julgamento e classificação **das propostas se façam de acordo com o critérios de avaliação**

ANNA PAULSEN
Advogada

constantes no edital.

O Princípio da Vinculação ao Ato Convocatório dirige-se tanto à Administração, como já verificado pelos artigos supramencionados, como aos licitantes, posto que estes **NÃO PODEM DEIXAR DE ATENDER AOS REQUISITOS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**. Nessa mesma toada, ainda segundo a administrativista Maria Sylvia Zanella Di Pietro (In Direito Administrativo. 26ª ed. P. 384.):

“(...) se os licitantes classificados deixarem de apresentar a documentação exigida ou apresentá-las em desacordo com exigido no edital, estas imperiosamente deverão ser inabilitadas e desclassificadas, nos termos do art. 43, inc. II c/c art. 48, inc. I, todos da Lei Federal nº. 8.666/93(...)”.

Nesse entendimento, assim prevê o *caput* do art. 3º, da Lei Federal nº. 8.666/93:

*“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do Princípio Constitucional da ISONOMIA e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da LEGALIDADE, da IMPESSOALIDADE, da PUBLICIDADE, da PROIBIDADE ADMINISTRATIVA, **da vinculação ao instrumento convocatório**, do JULGAMENTO OBJETIVO e dos que lhe são correlatos”.*

O art. 3º da Lei Federal nº. 8.666/93 é crucial para a interpretação e aplicação dos preceitos regentes da licitação. As soluções para os casos enfrentados pela Administração Pública devem ser compatíveis com os princípios jurídicos ali expressos, sendo imperiosa a **INVALIDAÇÃO DAS DECISÕES QUE LHES CONTRARIAREM**. Caso não haja a observância aos ditames desses relevantes preceitos, a validade do processo fica comprometida, tornando imperiosa sua **DESCONSTITUIÇÃO**.

ANNA PAULSEN
Advogada

Não é outra a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello, ao sedimentar que:

“Violar um Princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao Princípio implica em ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência a todo sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irreversível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra.”

Nesse passo, o edital 9009/2024 prevê o seguinte acerca do envio da documentação completa, qual seja: proposta atualizada, documentos de habilitação e qualificação técnica:

6.20. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

(...)

8.1. O Agente da Contratação/Pregoeiro, conforme prazo do item 6.20 deste edital, convocará o vencedor do certame e fixará prazo para enviar, pelo sistema, a PROPOSTA ATUALIZADA, em conformidade com o último lance ofertado ou valor negociado.

8.1.1. Quando por impossibilidade de carregamento do arquivo da proposta atualizada no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), será admitido o envio para o e-mail licitacao@itarana.es.gov.br, com cópia para cplitarana@gmail.com;

8.1.2. No caso de envio por e-mail, será considerada a data e hora de efetivo recebimento na caixa postal da equipe de pregoão.

8.1.3. A prorrogação do prazo poderá ocorrer por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente da Contratação/Pregoeiro, bem como de ofício

ANNA PAULSEN
Advogada

quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos;

(...)

*9.2.1 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.*

Diante do exposto, caso não cumprida a demonstração de que houve o envio da proposta atualizada e dos documentos de habilitação jurídica e técnica, requer seja desclassificada a empresa S&S Locações, Produções e Eventos Ltda face ao patente descumprimento das regras do Edital.

(III) Dos Pedidos

Diante de todo o exposto, requer seja recebido o presente recurso para que **seja prestada a informação necessária, quanto a demonstração idônea de envio dos documentos dentro do prazo definido em Edital via e-mail e caso não haja tal prova que seja procedida a desclassificação** da empresa S&S Locações, Produções e Eventos Ltda., nos moldes acima destacados.

Amparada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir à autoridade superior em consonância com o previsto no § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93, comunicando-se aos demais licitantes para as devidas impugnações, se assim o desejarem, conforme previsto no § 3º, do mesmo artigo do Estatuto.

Nestes termos, Aguarda Deferimento.

Vitória/ES, 07 de agosto de 2024.

44.934.190 ANNA PAULSEN